



**BRAZIL
ENERGY**
CONFERENCE

**RELATÓRIO
DE RESULTADOS
2025**

RESULTADOS BRAZIL ENERGY CONFERENCE

O evento Brazil Energy Conference foi realizado do dia 4 a 7 de junho, no centro de convenções sob organização da Secretaria de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação (SIA) e INVESTE PI. Contou também com a correalização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). Teve como objetivos:

1. Promover o diálogo amplo e disseminar conhecimento sobre inovações tecnológicas em energias renováveis, com foco na transição energética justa como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável.
2. Posicionar o estado como referência em inovação na transição energética.
3. Atrair investimentos e parcerias nacionais e internacionais.
4. Estimular a integração entre setores público, privado, academia e sociedade civil.
5. Realizar ações de Desenvolvimento Científico (P&D).

Foi um evento híbrido, com uma programação que abordou temas como energias renováveis, eficiência energética, inovação tecnológica e políticas públicas para a transição energética. Ao todo, foram mais de 60 horas de programação, incluindo 35 painéis temáticos e a participação de, em média, 150 palestrantes. Foi também realizada 1 mesa magna com a presença do Governador Rafael Fonteles, além de 3 laboratórios temáticos e reuniões bilaterais e multilaterais.

Além disso, a conferência contou com uma feira de negócios e inovação, sendo um dos principais atrativos, com 31 expositores, em 2 pavilhões, incluindo empresas do setor, órgãos governamentais, PNUD, Consórcio Nordeste, Sistema S, universidades e institutos federais, um lounge Governo Digital com 5 órgãos participantes (SIA, ETIPI, JUCEPI, INTERPI E SESAPI) e 1 espaço hackathon do governo, em torno de soluções sustentáveis, tecnologias limpas e oportunidades de investimento, vocacionado para o Estado do Piauí, principalmente Teresina, Piauí, que foi destacada como a "capital brasileira da transição energética, da economia verde" a partir do evento.

Dessa forma, o evento foi de grande relevância para o setor energético, reunindo mais de 5.500 inscritos de 25 estados brasileiros e 15 países, tendo como público efetivo mais de 2.300, com cobertura jornalística nacional e internacional.



• Destaca-se ainda que os painéis temáticos do evento abordaram uma série de eixos temáticos importantes para o futuro energético do Brasil e do mundo. Dentre os temas, tem-se:

A Transição Energética no contexto global e brasileiro

A transição energética foi reiterada como um processo "inexorável". No contexto global, o relatório da Agência Internacional de Energia (IEA) menciona um investimento previsto de mais de 3.3 trilhões de dólares em energia para 2025, sendo 2.2 trilhões destinados à energia verde e renovável, quase o dobro do investimento em combustíveis fósseis. Essa mudança representa uma "revolução". No entanto, o mundo enfrenta desafios complexos, incluindo crises de biodiversidade, climática e ética, que demandam soluções sistêmicas.

A COP30 em Belém foi mencionada como um catalisador importante para essa agenda. O Brasil, e especialmente a região Nordeste, foi identificado como uma "fronteira nacional e internacional de expansão de fontes renováveis". Há uma visão de que o Brasil deve assumir um papel de "hub de descarbonização de cadeias globais de valor", fornecendo produtos de baixo carbono e alto valor agregado. Isso posiciona o Brasil como um "protagonista dessa nova indústria, dessa agenda verde", capaz de negociar com outros protagonistas. O ano da COP no Brasil (COP30 em Belém) abre "possibilidades reais de investimentos" em energias renováveis e hidrogênio verde, pois "tem dinheiro na mesa".

A matriz energética do Nordeste é "predominantemente limpa, com mais de 90% da geração de energia de fontes renováveis". O Brasil possui instituições fortes e reconhecidas internacionalmente, e a "santidade dos seus contratos" é um fator positivo para o mercado.

O alinhamento de fatores como política pública, geopolítica pró-Brasil e fundamentos de mercado é "bom para a atração de investimentos em hidrogênio verde".

• **O Protagonismo do Piauí**

O Piauí se destaca por sua forte vocação para a transição energética, especialmente o hidrogênio verde. A matriz elétrica do estado é notavelmente limpa, com 99.7% de geração de fontes renováveis. Essa abundância de energia renovável, combinada com a disponibilidade de água do Rio Parnaíba que não requer dessalinização (um processo caro), a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e a proximidade com o porto, confere ao Piauí vantagens significativas para a produção de hidrogênio verde. O Porto de Luís Correia e sua relação com a ZPE de Parnaíba são vistos como cruciais para a viabilidade dos projetos de hidrogênio verde e exportação de energias renováveis. A construção do porto é considerada uma "necessidade estratégica" para o estado participar do comércio global e escoar sua produção (agronegócio, minério).

Apesar dos desafios históricos, a empresa Porto Piauí, criada em 2023, demonstrou entregas concretas como o CAIS e a delegação da hidrovia, indicando que "não tem mais volta" no projeto do porto. A iniciativa do "Porto Verde" visa ser o mais sustentável do Brasil, não necessariamente o maior. O governo do Piauí tem sido "extremamente acolhedor" para os investidores, ajudando a conectar com o ecossistema local e federal, com apoio de altas autoridades como o Vice-Presidente da República. O governador Rafael Fonteles foi elogiado por seu perfil que "fala a mesma linguagem do empresariado" e por sua liderança em iniciativas como a Investe Piauí, voltada para atrair investimentos e promover conexões.

O Piauí sancionou suas próprias leis para a política estadual de Hidrogênio Verde e para pesquisa, desenvolvimento e qualificação de mão de obra no setor, alinhadas com a política nacional. Essa legislação pioneira busca inserir o piauiense no mercado de trabalho gerado pelos projetos. Os projetos de hidrogênio verde no Piauí, como os da Solatio e Green Energy, preveem a criação de milhares de empregos (2-3 mil diretos nos próximos anos, mais de 15 mil em 5-10 anos). Esses projetos não apenas potencializam o estado economicamente, mas têm a capacidade de "revolucionar o aspecto social do estado do Piauí". A industrialização, como a produção de aço verde a partir de hidrogênio verde (exemplo de Ceará), é vista como crucial para o Piauí não ser apenas um "mero exportador de commodity".

• **Financiamento e investimentos**

A mobilização de investimentos públicos e privados é fundamental. O Blended Finance é uma estratégia crucial para combinar recursos e mitigar o risco inerente à transição energética, que é avessa ao capital privado por envolver novas economias e indústrias. A China é líder em investimento porque tem um plano e estratégia bem definidos. A necessidade de investimento global é imensa, mas há mais capital disponível do que projetos estruturados, destacando a importância de "integrar projetos" e ter plataformas que combinem recursos de forma coordenada e "on time". O Sistema Nacional de Fomento (SNF), representado pela ABDE, desempenha um papel estratégico, respondendo por 46% do crédito total de longo prazo do país e com um histórico significativo de investimento no setor energético.

O acordo de cooperação entre o Consórcio Nordeste e a ABDE visa unir esforços para aumentar a disponibilidade e melhorar as condições de acesso ao crédito na região. O Governador do Piauí, na presidência do Consórcio Nordeste, destacou a luta para que o Nordeste tenha pelo menos 14% de participação nos recursos subsidiados, corrigindo uma desigualdade regional. Diversas instituições de fomento apresentaram suas abordagens:

- BRDE: Se posiciona como um "banco verdadeiramente verde", comprometido com projetos de sustentabilidade e energias alternativas, com linhas específicas e programas como o Banco do Agricultor Paranaense, que tem impulsionado a geração de energia no campo.

AG Rio: Destacou o investimento em inovação e sustentabilidade, como o caso do fornecimento híbrido de energia, vendo o apoio a ideias inovadoras como replicável para outras agências de fomento.

- BADESPI (Piauí): Passou por uma transformação digital para internalizar a sustentabilidade. Criou linhas como o Innova Táxi Elétrico e a linha de Energia Renovável para pequenos empresários e produtores rurais, mostrando que a sustentabilidade pode ser um bom negócio e promovendo uma transição justa. O financiamento ao projeto IAPO Tijolos Ecológicos foi apresentado como um exemplo de sucesso que une viabilidade econômica e impacto ambiental positivo.

- Desenvolve SP: Foca no setor industrial, onde o custo da energia é um grande obstáculo. O programa FAI (Fundo de Aval de Eficiência Energética), em parceria com a GIZ e SENAI, usa um fundo garantidor para mitigar o risco para os bancos, alavancando investimento privado em eficiência energética na pequena e média indústria. Também investe em fundos para reflorestamento e sistemas agroflorestais.

- AFD: Atua como um parceiro bilateral, trazendo recursos e ferramentas para instituições locais financiarem a transição, focando em projetos de impacto climático e vedando investimentos em combustíveis fósseis. Possui forte parceria com bancos brasileiros, oferecendo linhas de crédito e assistência técnica para fortalecer a capacidade institucional e incorporar melhores práticas ambientais e sociais.

Apesar do crescente interesse, a "escassez de recursos e alta demanda" e a "carência de projetos" foram mencionadas como desafios no acesso ao financiamento.

• **Marco Regulatório e Desafios**

A regulação é um pilar essencial para a transição energética. O marco legal do hidrogênio foi aprovado, mas a implementação do marco regulatório, definindo a governança (ANP, Inmetro, CCEE) e as regras, ainda está em andamento e é um desafio. As leis estaduais do Piauí sobre hidrogênio verde, alinhadas com a definição federal, buscam antecipar a regulamentação. A necessidade de uma abordagem multi-agências na regulação do hidrogênio foi sugerida, envolvendo, por exemplo, a ANA (água) e o IBAMA (offshore). A abertura do mercado livre de energia para consumidores de baixa tensão é uma mudança significativa, prevista para começar em 2025 e se estender até 2027 para consumidores residenciais, abrindo um "leque de possibilidades gigantesco para novos negócios".

Há debates sobre a manutenção de subsídios e descontos para energias renováveis nesse novo cenário. A MP 1300, que trata dessa abertura, está em tramitação, com muitas emendas e incertezas sobre as regras finais. O Curtailment, ou corte forçado na geração de energias renováveis, é um problema crescente no Brasil desde agosto de 2023, impactando investidores e dificultando o desenvolvimento do setor. As causas incluem gargalos na infraestrutura de transmissão e distribuição, e a necessidade de flexibilidade do sistema para absorver a intermitência das fontes renováveis. O problema se agrava e afeta mais a região Nordeste.

O modelo regulatório brasileiro atual não compensa os geradores pelos cortes causados por limitações de infraestrutura ("cortes elétricos"), apenas por cortes de confiabilidade. Especialistas defendem a revisão das regras de ressarcimento e a aceleração da expansão da transmissão. Soluções incluem o uso de baterias e a revisão dos critérios de operação do sistema. O governo do Piauí demonstrou preocupação e busca soluções para o curtailment. O licenciamento ambiental foi discutido como um processo "imprescindível" para antever e mitigar impactos socioambientais de empreendimentos, requerendo análise técnica minuciosa e participação pública.

No entanto, a crítica apontou para falhas no processo e um possível afrouxamento da legislação ambiental, o que poderia aumentar os impactos negativos. Órgãos ambientais como o IBAMA e a SEMAR buscam manter padrões de rigor e incorporar a análise de impactos sociais e a participação comunitária no processo.

• **Impactos socioambientais e a transição justa**

A transição energética, embora crucial para o clima, impõe "impactos importantes no território" e nas comunidades locais. É fundamental garantir que o desenvolvimento seja "inclusivo e equitativo". A agenda deve considerar as "desigualdades históricas" do Nordeste. Uma transição energética "justa" é aquela que inclui a população local, gerando empregos qualificados, valorizando saberes territoriais e garantindo acesso equitativo aos recursos e proteção contra eventos climáticos. Os desafios incluem a gestão de resíduos de equipamentos ao fim da vida útil (lâminas de turbinas, painéis solares) e a necessidade de valorizar resíduos urbanos para geração de energia e inclusão social de catadores.

A conservação e restauração da Caatinga foram destacadas, com desafios como a disponibilidade de água e a necessidade de envolvimento comunitário. A pobreza energética persiste mesmo em regiões com alta geração renovável. Levar energia limpa e mais barata para as comunidades mais pobres, especialmente no semiárido, é um desafio de infraestrutura de distribuição e acesso. Iniciativas em pequena escala, como geração distribuída e microgrids, podem ser soluções para comunidades vulneráveis.

A participação da sociedade no debate e nas decisões é essencial. A comunicação pública tem um papel importante em informar a população sobre os desafios, oportunidades e impactos da transição, combatendo a desinformação e promovendo um olhar crítico. A necessidade de traduzir termos técnicos e tornar a pauta ambiental acessível ao público foi pontuada.

• **Tecnologia e Inovação**

Diversas tecnologias são cruciais para a transição. O hidrogênio verde, produzido a partir de energias renováveis, é uma aposta central para o Brasil e Piauí, apesar dos desafios de custo inicial e necessidade de marco regulatório completo. A união de hidrogênio com CO2 biogênico do agronegócio para produzir combustíveis sustentáveis foi mencionada como uma oportunidade para o Piauí.

A eletromobilidade apresenta crescimento expressivo, mas enfrenta desafios como o alto custo dos veículos (ônibus elétricos custam 2-3x mais), necessitando de arranjos financeiros e planejamento nacional para reduzir custos com escala.

Os Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BES) são vistos como uma solução versátil e fundamental para resolver os problemas de intermitência e curtailment das fontes renováveis, aumentando a estabilidade da rede e viabilizando projetos. A tecnologia de baterias está amadurecendo e o custo tende a diminuir. O Piauí está na vanguarda da regulamentação para baterias, buscando segurança jurídica e diferenciais competitivos. O uso de baterias em data centers e em sistemas de distribuição (inclusive em pequena escala para comunidades) foi explorado.

Data Centers representam uma carga eletro-intensiva crescente, impulsionada pela inteligência artificial. O Piauí, com sua energia abundante, está bem posicionado para atrair esses empreendimentos. Desafios incluem a infraestrutura de rede não preparada, a necessidade de redundância e resfriamento eficiente. A proximidade de data centers com a geração de energia e a modularidade dessas estruturas são vistas como oportunidades para otimizar a cadeia e gerar um ciclo virtuoso de investimento em infraestrutura. A soberania dos dados e o investimento em IA local são estratégicos para o governo.

Outras tecnologias mencionadas incluem o uso de biogás e biometano a partir de resíduos e soluções para blending de combustíveis renováveis em queimadores existentes. A inovação necessita de apoio financeiro e de pesquisa.

• **Formação de capital humano e educação**

A necessidade de formar e qualificar mão de obra para a nova indústria da transição energética é premente. O PNH2 (Plano Nacional de Hidrogênio) considera a formação como prioritária. O Piauí investe na qualificação através de leis estaduais e da atuação de instituições de ensino e pesquisa como IFPI, UFPI, UESP e a Universidade Aberta do Piauí (UAP).

A UAP tem expandido a oferta de cursos superiores (incluindo administração e tecnologias em energias renováveis) para diversos municípios, buscando cobrir todo o estado. O SENAI também contribui com a formação profissional, adaptando sua oferta às demandas da indústria. A Elecnor, empresa do setor de transmissão, está investindo em um centro de formação no Piauí para capacitar profissionais na construção de linhas de transmissão. A educação, desde o ensino básico até o superior e profissional, é vista como um "vetor de desenvolvimento social" e um pilar essencial para conectar o arranjo produtivo da energia limpa com a população. Há uma demanda significativa por profissionais qualificados no setor.

Papel das Instituições

Diversas instituições desempenham papéis cruciais:

- Governo do Estado do Piauí: Promotor do evento (com Investe Piauí, Secretaria de IA), líder na vocação para transição, busca atrair investimentos, desenvolve leis e políticas estaduais (H2, workforce), investe em infraestrutura (Porto, ZPE), IA, data centers, busca soluções para curtailment, direciona desenvolvimento com sustentabilidade, apoia municípios.
- Investe Piauí: Agência do governo para atrair investimentos, promover conexões, apoiar empreendedores, desenvolver infraestrutura. Lidera iniciativas regulatórias para novas tecnologias como baterias.
- ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento): Representa o Sistema Nacional de Fomento, articula bancos de desenvolvimento, essencial no crédito de longo prazo, parceira em programas de financiamento.
- Consórcio Nordeste: Sob presidência do Gov PI, colocou a transição ecológica no centro do debate, desenvolve o Plano Nordeste de Transformação Ecológica (PTE Nordeste) em alinhamento com o plano federal, realiza escutas territoriais e setoriais para construir o plano.
- Ministério da Fazenda: Coordena o Plano de Transformação Ecológica (PTE Federal), buscando integrar a agenda ambiental e climática à política econômica, desenvolve instrumentos financeiros para a transição. Inspira o PTE Nordeste.
- Agências Reguladoras (ANEEL, ANP, AGRESP): Essenciais para normatizar e fiscalizar o setor, definir regras para novas tecnologias como hidrogênio e baterias. Desafios na coordenação e na velocidade da regulação frente à inovação. AGRESPI Piauí ganha competência de fiscalização em energia.
- Instituições de Pesquisa e Ensino (UFPI, UESPI, IFPI, UAPI, SENAI): Cruciais para formar capital humano, desenvolver pesquisa, tropicalizar tecnologias, fornecer base técnica para decisões, medir impactos (sociais, ambientais). Contribuem para a vanguarda tecnológica e social do estado.
- ICLEI: Organização global de governos locais e subnacionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Parceiro do governo do Piauí no desenvolvimento da conformidade climática e na estruturação de projetos.
- SEMAR (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos): Responsável pela gestão ambiental, licenciamento, conservação de biomas (Caatinga), gestão de resíduos, combate ao desmatamento/incêndios, monitoramento de emissões. Desafio em lidar com a complexidade do licenciamento e garantir padrões rigorosos.

- Outras empresas e organizações: ABHV (Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), Worley, CGN Energy International, PRF Gas Solution, INCT, Auren Energia, Top Energia, Netlux Energia, Elecnor, Arthur Ink, UCB Power, Serena Energia, SPIC, entre outras, representam o setor privado, o mercado e a academia, trazendo suas perspectivas, projetos e desafios.

Com essas discussões e a conferência atingiu seu objetivo central de aproximar os grandes debates internacionais sobre energia da comunidade piauiense, vendo o tema como uma "oportunidade enorme para o desenvolvimento do nosso Estado". Destaca-se que no evento também foi anunciado o lançamento da Carta do Piauí, um documento que emerge do diálogo entre saberes e setores, propondo "diretrizes reais para um novo pacto energético no Brasil". A Carta visa convidar o país a "ousar, a cooperar e a agir com os olhos no horizonte da COP30". Entre as propostas da Carta estão soluções para o financiamento climático, expansão de redes, uso de baterias e armazenamento para tratar o curtailment, formação de capital humano e industrialização de insumos da cadeia produtiva da transição energética, com destaque para o hidrogênio verde. O futuro almejado é de "mais inclusão, mais justiça e mais prosperidade". Abaixo pode-se conferir a carta completa:

Para um Desenvolvimento Sustentável por meio de uma Infraestrutura Energética Resiliente, Industrialização Verde e Justiça Social.

CARTA DA BRAZIL ENERGY CONFERENCE 2025

Senhoras e Senhores,

Esta Carta expressa uma construção coletiva voltada para a viabilização de uma nova fase da transição energética, consolidando o potencial de energia verde do Nordeste para o desenvolvimento sustentável.

O nordeste brasileiro é um modelo de sucesso internacional de diversificação da matriz elétrica com fontes renováveis, consolidando-se como território estratégico para a economia de baixo carbono. A região tem alavancado investimentos expressivos em energia solar, eólica e hidrogênio verde, além de data centers e cadeias agroindustriais. Temos uma oportunidade única de utilizar esse potencial de energia abundante e verde, reservas hídricas e minerais críticos e terras raras, capital natural e humano em uma região geopoliticamente estável para uma nova industrialização verde na região, maximizando retorno socioeconômico e ambiental positivo para todos e todas.

Diante desse cenário, e considerando os instrumentos oficiais de planejamento energético e industrial do país, torna-se urgente elaborar e colocar em prática mecanismos financeiros inovadores, fortalecer estruturas institucionais de governança e investir na capacitação necessária para mobilizar projetos estruturantes voltados à industrialização verde do Nordeste. É preciso reconhecer e valorizar o potencial de cada estado da região, construindo uma estratégia coletiva que vá além da geração de megawatts, que impulse o desenvolvimento humano e transforme, de fato, a vida das pessoas.

A Brazil Energy Conference firmou-se como espaço estratégico de articulação e diálogo sobre temas fundamentais para a Infraestrutura Energética Resiliente, Industrialização Verde e Justiça Social. Os atores reunidos em Teresina, entre 4 e 7 de junho de 2025, reafirmaram seu compromisso com um modelo energético fundamentado em justiça territorial, segurança sistêmica e responsabilidade climática, propondo uma agenda colaborativa entre todos os entes para uma transição energética orientada por critérios de eficiência, inclusão e sustentabilidade.

O Estado do Piauí, ao sediar esta conferência, reafirma seu papel estratégico na transição energética nacional, sendo referência em potencial renovável, compromisso institucional e integração territorial. Sendo assim, esta carta propõe caminhos e convoca o país a trilhar, com ousadia e cooperação, um modelo energético onde potencial e justiça social caminhem juntos com o progresso, refletindo uma contribuição concreta às políticas e estratégias para uma nova economia de baixo carbono e acessível a todos os brasileiros.

Diante deste cenário, propomos:

1. Integrar a Infraestrutura Energética ao Desenvolvimento Regional

A política energética nacional deve dialogar com as diretrizes estratégicas estaduais e regionais de desenvolvimento, incluindo zonas de exportação, parques industriais, hubs logísticos, agricultura irrigada, produção de hidrogênio verde e data centers.

2. Inserir Resiliência como Eixo Estratégico da Política Energética

Considerando os riscos crescentes de eventos climáticos extremos e ciberataques, é fundamental que o planejamento da expansão elétrica inclua arquiteturas resilientes, capazes de operar em modo “ilha”, com baterias, redes self-healing e protocolos de cibersegurança.

3. Hidrogênio Verde com Valor Local e Certificação Sustentável

Promover a produção de hidrogênio verde com cadeias produtivas regionalizadas, integradas à indústria local e com certificação ambiental, social e climática reconhecida internacionalmente. Garantir benefícios diretos às populações dos territórios onde os projetos são implantados, com respeito à biodiversidade e aos direitos das comunidades tradicionais.

4. Instrumentos de Financiamento e Investimentos Estruturantes

Ampliar mecanismos de financiamento climático como blended finance, fundos soberanos, crédito verde e incentivos fiscais para projetos de infraestrutura energética limpa. Criar estruturas de inovação financeira. Priorizar investimentos que combinem retorno econômico com impacto social e ambiental mensurável.

5. Educação Técnica, Inovação e Formação de Capital Humano

Expandir programas de formação técnica e superior em energias renováveis, hidrogênio verde, transição energética e sustentabilidade. Apoiar Núcleos de excelência e laboratórios regionais para inovação e testes de tecnologias emergentes.

6. Justiça Climática e Desenvolvimento Territorial Sustentável

Integrar políticas públicas de energia às agendas de inclusão social, redução das desigualdades e desenvolvimento regional. Incorporar instrumentos de compensação, participação social e salvaguardas socioambientais em todos os projetos de geração e infraestrutura.

7. Governança Colaborativa e Cooperação Internacional

Estimular pactos federativos e mecanismos de articulação intergovernamental para coordenação de políticas de transição energética. Posicionar o Brasil como protagonista da diplomacia energética e climática, com especial atenção ao protagonismo do Nordeste nas rotas globais de energia limpa.

8. Estabelecer a Qualidade da Energia como Meta Nacional

Reconhecer que energia com qualidade é fator de dignidade, cidadania e produtividade. Propõe-se a adoção de uma meta nacional de equidade na qualidade da energia, com limites máximos de DEC e FEC, aplicáveis a todos os estados.

9. Implementar Investimentos Federais Estruturantes em Distribuição

A modernização das redes de distribuição não pode depender apenas da tarifa paga pelos consumidores locais. Propõe-se a criação de linhas específicas de financiamento federal e inclusão de projetos no novo PAC para garantir qualidade em estados com infraestrutura deficiente.

10. Criar Sandboxes Regulatórios Regionais

Proposta de criação de ambientes regulatórios experimentais para que estados possam testar soluções tecnológicas e operacionais inovadoras com flexibilização temporária de regras, viabilizando arranjos mais dinâmicos.

Teresina, Piauí, 07 de junho de 2025

Em suma, a Brazil Energy Conference revelou um cenário dinâmico e promissor para a transição energética no Brasil, com o Piauí e o Nordeste posicionados como líderes e com grande potencial, especialmente em hidrogênio verde. No entanto, a concretização desse potencial exige a superação de desafios regulatórios (curtailment, licenciamento, marco legal), a mobilização de financiamento em grande escala (Blended Finance, acesso ao crédito regional), a adaptação tecnológica (baterias, data centers) e, fundamentalmente, a garantia de que essa transição seja justa e inclusiva, gerando desenvolvimento socioeconômico para as comunidades locais e protegendo o meio ambiente de forma rigorosa. A colaboração entre governo, mercado, academia, instituições financeiras e sociedade civil é vista como essencial para transformar planos em ações concretas e construir um futuro energético sustentável e equitativo.

Compensação Ambiental – Encerramento da Brazil Energy Conference

Dessa forma, como encerramento das atividades da Brazil Energy Conference e em alinhamento com os princípios de sustentabilidade que nortearam o evento, será realizada em janeiro de 2026 uma ação de compensação ambiental com a plantação de mudas no Bosque Brazil Energy.

- **Data prevista:** Janeiro de 2026.
- **Ação principal:** Plantio de mudas no **Bosque Brazil Energy**.

Objetivo:

- Reforçar o compromisso do evento com a **sustentabilidade**.
- Deixar um **legado ambiental positivo**.
- Contribuir para a **neutralização dos impactos** gerados pela conferência.

• Significado simbólico:

- Representa a integração entre energia e natureza.
- Demonstra responsabilidade ambiental e social.
- Fortalece o compromisso com a transição energética justa e sustentável.
- Expressa a responsabilidade intergeracional na preservação dos recursos naturais.



BRAZIL ENERGY CONFERENCE

O futuro da energia
se encontra no Piauí
The future of
energy is in Piauí

REALIZAÇÃO



SECRETARIA DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL,
ECONOMIA DIGITAL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO - SIA



CORREALIZAÇÃO

